

CONFLITOS E DISPUTAS PELA TERRA E PELA ÁGUA: OS POVOS GERAIZEIROS DE CORRENTINA-BA E A EXPANSÃO DO AGRONEGÓCIO NO CERRADO DO MATOPIBA

*CONFLICTS AND DISPUTES FOR LAND AND WATER: THE GERAIZEIROS PEOPLE OF
CORRENTINA-BA AND THE EXPANSION OF AGRIBUSINESS IN THE MATOPIBA'S CERRADO*
*CONFLICTOS Y DISPUTAS POR TIERRA Y AGUA: LOS PUEBLOS GERAIZEIROS EN
CORRENTINA-BA Y LA EXPANSIÓN DEL AGRONEGOCIO EN EL CERRADO DEL MATOPIBA*

<https://doi.org/10.26895/geosaberes.v13i0.1085>

PRISCILA BARBOSA DE JESUS ^{1*}
MARIA GERALDA DE ALMEIDA ²

¹ Mestranda em Geografia pela Universidade Federal de Goiás (UFG), Av. Esperança, s/n - Chácara de Recreio Samambaia, Goiânia-GO, 74690-900, Goiânia (GO), Brasil, priscilabj29@hotmail.com,
<http://orcid.org/0000-0002-8619-5122>

*Autora correspondente

² Professora do Programa de Pós Graduação em Geografia da Universidade Federal de Goiás (UFG), Av. Esperança, s/n - Chácara de Recreio Samambaia, Goiânia-GO, 74690-900, Goiânia (GO), Brasil, mgdealmeida10@gmail.com,
<http://orcid.org/0000-0002-4765-3354>

Histórico do Artigo:

Recebido em 10 de setembro de 2020.

Aceito em 06 de fevereiro de 2022.

Publicado em 06 de fevereiro de 2022.

RESUMO

O artigo em questão discute a ideia de desenvolvimento rural utilizando como exemplo a vivência dos povos geraizeiros de Correntina-BA ao lidar com os efeitos da expansão do agronegócio no Cerrado do Matopiba. Como metodologia, utilizou-se da revisão bibliográfica e trabalho de campo na região de destaque. Além da discussão acerca da ideia de desenvolvimento rural, o texto também aborda os conflitos pela água e pela terra existentes em Correntina-BA, a tentativa de criminalização dos grupos de re-existência e, por fim, destaca a percepção e relatos dos sujeitos que estão diretamente envolvidos. Contudo, entende-se que a busca pelo desenvolvimento rural tem sido baseada unicamente no viés econômico e como resultado, tem-se a intensificação das desigualdades existentes nesses espaços.

Palavras-chave: Agronegócio. Comunidades tradicionais. Fronteiras.

ABSTRACT

The article in question discusses the idea of rural development using as an example the experience of the geraizeiros peoples of Correntina-BA when dealing with the effects of the expansion of agribusiness in the Matopiba's Cerrado. As a methodology, bibliographic review and fieldwork in the highlighted region were used. In addition to the discussion on the idea of rural development, the text also addresses the conflicts over water and land in Correntina-BA, the attempt to criminalize the groups of re-existence and, finally, highlights the perception and reports of the subjects who are directly involved. However, it is understood that the search for rural development has been based solely on economic bias and as a result there is an intensification of inequalities existing in these spaces.

Keyword: Agribusiness. Traditional Communities. Frontiers.

RESUMEN

El artículo en cuestión discute la idea de desarrollo rural tomando como ejemplo la experiencia de los pueblos geraizeiros de Correntina-BA al abordar los efectos de la expansión de la agroindustria en el Cerrado de Matopiba. Como metodología se utilizó la revisión bibliográfica y el trabajo de campo en la región destacada. Además de la discusión sobre la idea de desarrollo rural, el texto también aborda los conflictos por el agua y la tierra en Correntina-BA, el intento de criminalizar a los grupos que re-existencia y, finalmente, destaca la percepción y los relatos de los sujetos que están directamente involucrado. Sin

embargo, se entende que la búsqueda del desarrollo rural se ha basado solamente en la perspectiva económica y como resultado se agudiza las desigualdades existentes en estos espacios.

Palabras clave: Agroindustria. Comunidades Tradicionales. Fronteras.

INTRODUÇÃO

No Brasil, os conflitos e disputas pela terra e pela água têm sido cada vez mais intensos, sobretudo nas regiões de expansão das fronteiras do agronegócio. Nesse sentido, este artigo tem como objetivo discutir esses conflitos baseando-se na realidade vivenciada pelos povos geraizeiros de Correntina-BA.

No primeiro momento, o texto aborda o ideológico que circunda a proposta de desenvolvimento rural. A insistente busca pelo desenvolvimento tem apontado suas expectativas para as potencialidades do espaço rural visto, cada vez mais, como espaço de reprodução e acumulação do capital.

Shneider (2004, p. 94) ressalta alguns elementos-chave indispensáveis no debate sobre o desenvolvimento rural, seriam eles “a erradicação da pobreza rural, a questão do protagonismo dos atores sociais e sua participação política, o território como unidade de referência e a preocupação central com a sustentabilidade ambiental”. No entanto, os projetos que almejam o desenvolvimento rural, mesmo sob o pretexto de qualquer um desses elementos-chave, são voltados majoritariamente para o crescimento econômico, fundamentados nos moldes do sistema capitalista.

No texto, são apresentadas as contribuições de autores como, Shneider (2004), Veiga (1997), Bresser-Pereira (2014) e Montengro (2006) acerca da ideia de desenvolvimento envolvendo o espaço rural. Também é discutido o desenvolvimento como controle social, bem como os principais desafios para que ele, de fato, aconteça. Entre eles a ausência de valorização dos recursos endógenos e a ideia de exclusão do que é considerado atraso.

O Matopiba, principal fronteira de expansão da agropecuária brasileira, além da Amazônia (FAVARETO, 2019), assim como a microrregião do Oeste baiano, em destaque neste artigo, são regiões que surgiram sob a égide do desenvolvimento. A expansão cada vez maior das fronteiras do agronegócio no bioma Cerrado a partir da década de 70 também justifica-se pelo mesmo.

Para além das discussões acerca do desenvolvimento rural, ao longo do texto, são mobilizadas discussões que dizem respeito à expansão da fronteira agrícola no Cerrado do Matopiba. A participação do Estado por meio de políticas públicas e espoliação de terras fizeram com que empresários do agronegócio migrassem para o estado sob promessa do desenvolvimento. As potencialidades naturais do bioma Cerrado, como o relevo, o clima, e a abundância em água, também foram importantes para essa ocupação.

Em seguida, o texto apresenta os conflitos existentes em Correntina-BA, as reivindicações da população local em defesa do Cerrado e as re-existências das comunidades rurais de fundos e fechos de pasto do Oeste da Bahia. Compreende-se que a ocupação do Cerrado do Matopiba pelos grandes produtores do agronegócio continua afetando comunidades tradicionais. A espoliação de terras e a intensificação do processo de grilagem tem desapropriado àqueles que, há anos, vivem naquela região.

Além dos conflitos sociais, há também os efeitos ambientais negativos pelos quais o bioma vem sofrendo. Com a expansão do agronegócio aumenta-se o desmatamento nas áreas do Cerrado, diminuindo significativamente sua vegetação original. O aumento do uso de pivôs tem reduzido a vazão de importantes rios do Oeste baiano. Diante desse cenário, os povos do

Cerrado defendem sua permanência por compreenderem o bioma como essencial para a manutenção da vida.

PERCURSO METODOLÓGICO

O artigo segue uma abordagem metodológica qualitativa aliando proposições conceituais teóricas e os conhecimentos dos sujeitos envolvidos. Dessa forma, foi realizada revisão bibliográfica mobilizando autores que discutem conceitos e temas como, desenvolvimento rural, conflitos territoriais, a região de planejamento do Matopiba e os povos do Cerrado.

Para entender melhor os conflitos, foram realizados trabalhos de campo no município de Correntina, onde foi possível participar de diálogos coletivos com grupos de lideranças do movimento de resistência em defesa do território. Entre eles estavam agricultores, professoras, professores e defensores do meio ambiente. Alguns deles eram moradores de comunidades rurais, como Brejo Verde e Capão do Modesto, enquanto outros participantes residiam na cidade de Correntina.

Os encontros com esses grupos foram intermediados pela Comissão Pastoral da Terra (CPT), que trata-se de uma instituição vinculada à Igreja Católica que busca apoiar as lutas das trabalhadoras e dos trabalhadores do campo. Para Villalobos e Rossato (1996), diferentemente do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), a ação da CPT não propõe um projeto político para a terra, mas torna-se indispensável pelo seu caráter educativo. Nesse caso, seu papel se concretiza na conscientização da população para os conflitos do campo e a luta pela reforma agrária.

O assunto central nos momentos de diálogo foram as disputas pelo território, recorrentes na região do Oeste Baiano. Por meio das rodas de conversas e dos relatos dos moradores, foi possível constatar que a comunidade local apresenta uma gama de conhecimentos consistentes a respeito dos conflitos existentes naquele espaço. Da pessoa mais jovem à mais idosa, do professor ao agricultor, a diversidade e riqueza de conhecimentos dos sujeitos locais foram surpreendentes.

O olhar integrado da comunidade sobre o Cerrado em todos os seus aspectos impressiona. Por estarem localizados em espaços de embates que envolvem a luta pelo território, os sujeitos que vivem ali desenvolvem conhecimentos que ultrapassam aqueles relativos as práticas tradicionais do campo.

Para eles, a prática não se separa da teoria, pois, além de relatarem suas experiências, apresentaram da forma mais simples e eficaz os contextos históricos, políticos, sociais e geográficos sobre os acontecidos no território. É na perspectiva dessa leitura integrada, mediada pelos povos geraizeiros de Correntina-BA, que esse artigo se desenvolve, buscando destacar, sobretudo, o olhar dos sujeitos que vivem nesses espaços.

A PROMESSA DO DESENVOLVIMENTO RURAL

No Brasil, por muito tempo, o espaço rural foi entendido como sinônimo de pobreza e atraso. No entanto, com a expansão cada vez mais intensa do agronegócio e com a implementação das agroindústrias nesses espaços, o cenário passou a ser outro. Atualmente, o imaginário que envolve o rural é fortemente associado à ideia de desenvolvimento.

Isso acontece porque é desse espaço que sai a maior contribuição do PIB nacional, concentrado no setor primário, principalmente nas atividades da agroindústria. Nele também são enxergadas as maiores oportunidades de reprodução e concentração de capital. Por esse motivo, as mais inovadoras tecnologias de mercado são aplicadas, principalmente, nas

atividades do agronegócio, visando alcançar maior produtividade e conseqüentemente maior lucro.

Assim, o espaço rural que antes era visto como pacato e monótono, apresenta-se hoje com grande dinamismo e importância significativa na economia do país. Conforme atesta Montenegro (2006), em conseqüência do crescimento do agronegócio e das agroindústrias, o rural é vendido na atualidade como a principal saída do Brasil da condição de país subdesenvolvido. Desse modo, em virtude das potencialidades enxergadas nesse espaço, a associação ao atraso é cada vez mais substituída pela ideia de desenvolvimento.

Para Bresser-Pereira (2014), o conceito de desenvolvimento ganhou força após a Segunda Guerra Mundial. Trata-se de um desdobramento da ideia de progresso e, segundo o autor, apesar de os dois termos terem surgido em contextos diferentes, ambos são carregados por um forte viés econômico. Nesse mesmo contexto, Veiga (1997) afirma que, o que se entendia por desenvolvimento estava atrelado à ideia de crescimento econômico e, conforme a economia se estabilizava, foram sendo acrescentados ao termo adjetivos como, desenvolvimento humano, social, urbano, regional e, entre outros, o desenvolvimento rural.

Após o período exposto, o desenvolvimento passou a ser o objetivo a ser alcançado por todos os países com *status* de subdesenvolvidos ou periféricos por remeter ao padrão de vida atingindo pelos países considerados desenvolvidos (MONTENEGRO, 2006). Nessa perspectiva, o autor destaca algumas das promessas exprimidas a partir da ideia de desenvolvimento, das quais é impossível não se encantar:

Alguém se colocaria contrário em ter mais saúde, educação, possibilidades de lazer? Alguém teria objeções a um aumento de sua qualidade de vida, de sua capacidade de consumo? Alguém seria, enfim, contrário a viver num lugar que oferecesse mais oportunidades econômicas, sociais e culturais? O desenvolvimento promete tudo isso, portanto, quem se colocaria contra o desenvolvimento? O natural é acreditar na esperança que o desenvolvimento traz, encantar-se com sua promessa tipicamente capitalista de oferecer o melhor dos mundos possíveis e desejar todas as benesses que parece proporcionar. (MONTENEGRO, 2006, p. 35).

O autor defende que, diante dessas promessas, o desenvolvimento passa a ser um instrumento de controle social. Afinal, quem se opõe àquele que seria capaz de desenvolver o Brasil e de melhorar as condições gerais de vida onde mais é necessário?

Olhando por esse ponto de vista, entende-se como indispensável e emergente a idealização de um desenvolvimento rural, caracterizado principalmente por diminuir a pobreza no campo, garantir o protagonismo dos sujeitos e a sustentabilidade ambiental. Diante de tantas promessas, parece inspiradora a imagem de um rural promissor e carregado de oportunidades. É quase tão romântico quanto a noção de um lugar perfeito para viver na paz, sossego e em contato natureza.

Contudo, ainda que inspiradoras, na prática essas mudanças não envolvem o rural como um todo. Conforme atesta Shneider (2004), os grandes desafios do desenvolvimento rural são decorrentes do modelo agrícola hegemônico. Nele, prioriza-se as práticas agrícolas ao passo que todas as outras atividades que ocorrem no espaço rural são ignoradas.

Partindo desse princípio, o que acontece com frequência é que a idolatria por esse caráter “libertador” atribuído ao desenvolvimento, mascara os aspectos que impedem que ele de fato aconteça. No que se refere ao rural, alguns desses aspectos são o agravante da concentração fundiária, a intensificação das desigualdades no campo e a degradação do meio ambiente que, mesmo com toda a promessa de mudança pelo discurso do desenvolvimento, são recorrentes nesse espaço.

Outro impasse para o desenvolvimento rural está associado à ideia de eliminação do que é considerado atraso, ou retrocesso. À medida que o campo é ocupado cada vez mais pelas tecnologias a favor do agronegócio é disseminada a ideia de necessidade de eliminação de

comunidades tradicionais que se desenvolvem e sobrevivem a partir de técnicas hoje consideradas ultrapassadas.

Diante disso, entende-se que o desenvolvimento rural é destinado para uma classe específica do campo. Para Bresser-Pereira (2014) esse caráter individualista é uma das características resultantes do ideológico capitalista que impulsionou a origem do termo.

Veiga (1997), por sua vez, afirma que o desenvolvimento deve acontecer por meio do fortalecimento dos fatores endógenos. Para o autor, o caminho para o desenvolvimento está na valorização dos recursos existentes no próprio território, visto que, só a partir desse fortalecimento interno é possível que ele aconteça de forma autônoma e não submissa.

No contexto do Cerrado, esses fatores se distribuem tanto nos aspectos físico-naturais do bioma quanto na esfera sociocultural. O Cerrado é reconhecido como caixa d'água devido à abundância em água e como *hotspot* mundial de biodiversidade devido a sua riqueza em espécies endêmicas. Conforme já ressaltado por Lima e Chaveiro (2010), há também uma sociodiversidade presente carregada de manifestações culturais diversas advindas das identidades que se fundaram com base na relação dos sujeitos com o bioma.

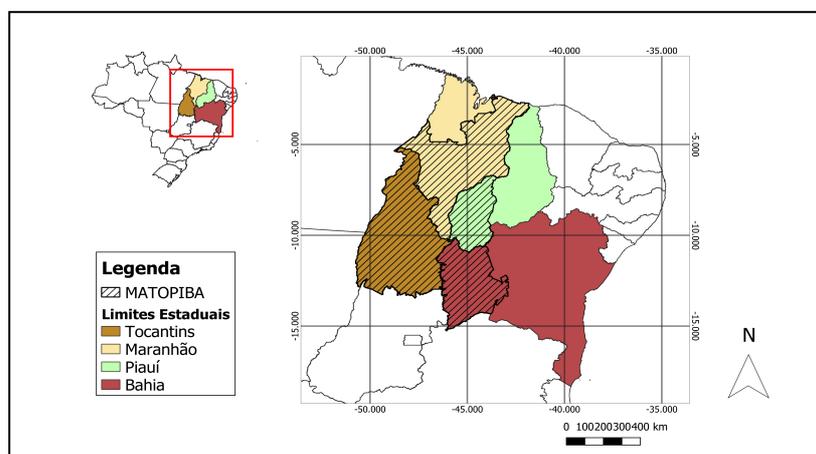
É preciso fortalecer esses fatores, evitando que sejam apropriados unicamente para fins de exploração e, como consequência, fadados à extinção. Do contrário, a ideia do desenvolvimento rural associado à melhoria nas condições de vida dos sujeitos do campo é arruinada. O atual desenvolvimento rural assistido é acompanhado por um único adjetivo, o econômico. A promessa é direcionada para a população, mas se concretiza com base na exclusão de uma classe em prol de outra considerada superior.

Esse é um dos embates vividos nas comunidades rurais como as comunidades de Brejo Verde e a Capão do Modesto em Correntina-BA, onde os atores sociais lidam há anos com as consequências da proposta de desenvolvimento do Cerrado no Matopiba. A esse respeito, é preciso ressaltar que, em muitos casos, a tentativa de controle social a partir da ideia de desenvolvimento é confrontada pela re-existência social, como destacado nos próximos tópicos deste artigo.

A FRONTEIRA DO MATOPIBA E OS POVOS GERAIZEIROS

O Matopiba diz respeito a uma porção do Cerrado brasileiro presente nos estados do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia, como destacado na Figura 1. Os quatro estados somam, segundo a Embrapa (2015), 337 municípios que totalizam uma área de 73.173.485 ha.

Figura 1 – Região do Matopiba



Fonte: CÔRTEZ, Helena de Castro (2021).

A delimitação dessa área partiu de uma cooperação entre o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) e foi realizada pelo Grupo de Inteligência Territorial Estratégica da Embrapa (GITE). Os principais critérios para delimitação da área levaram em consideração os recursos naturais, agrários, socioeconômico e de infraestrutura da região (EMBRAPA, 2015).

Após a delimitação desse arranjo territorial, foi publicado o decreto Nº 8.447, de 6 de maio de 2015 apresentando o Plano de Desenvolvimento Agropecuário do Matopiba. Esse apresentou como principal objetivo impulsionar as políticas públicas voltadas para o desenvolvimento das atividades agrícolas e pecuárias. O Artigo 1 do referido decreto ressalta que, com o fortalecimento das atividades mencionadas, um dos resultados seria a melhoria de vida da população.

Para Silva (2018), esse arranjo territorial do Matopiba foi inicialmente idealizado por empresários agropecuários e pelo Estado. Os primeiros pelo grande interesse em explorar as áreas para o agronegócio. O segundo atuou por meio dos Bancos e Agências fomentadoras ao disponibilizar terras com valores muito abaixo do preço, um dos principais atrativos para a chegada de produtores de diferentes regiões do país.

De outra parte, os aspectos físico-naturais do Cerrado também foram relevantes para a ocupação da região. A topografia, a hidrografia e o clima predominantes nesse bioma foram aspectos compatíveis com os interesses para a realização de práticas agrícolas e mecanização das terras. O maior desafio tratava-se da fertilidade dos solos, considerados ácido para o plantio. No entanto, essa característica do solo pôde ser corrigida por meio de técnicas, como a calagem e o uso de insumos agrícolas.

Dessa forma, essa tornou-se uma região de fronteira de expansão do agronegócio e uma das principais características dessa área passou a ser a grande concentração de terras e recursos naturais nas mãos de proprietários de grandes empresas atuantes na região. Estão entre elas empresas voltadas para o processamento de alimentos, produção de grãos e commodities agrícolas como, a CARGIL, a Brasil-Agro, SLC agrícola e a BURGE.

Essas empresas criam uma monopolização do território que “atua simultaneamente, no controle da propriedade privada da terra, do processo produtivo no campo e do processamento industrial da produção agropecuária.” (CUNHA, 2016, p. 17). Com isso, além dos conflitos envolvendo as comunidades rurais da região, esse monopólio provoca graves consequências ambientais.

Entre as consequências dessa expansão do agronegócio no Matopiba, a devastação do Cerrado é uma das principais preocupações. A vegetação original do bioma vem sendo cada vez mais substituída pelas grandes monoculturas de soja, milho, algodão, entre outros produtos destinados para importação.

Ferreira *et al.* (2017) destacam que, apesar dos efeitos negativos que o Cerrado vem sofrendo com a expansão agrícola nas diversas regiões do Brasil, é atribuída pouca atenção a situação alarmante desse bioma. Esses autores afirmam que, devido a isso, o Cerrado faz parte hoje do que vem sendo chamado de *Territórios de Sacrifício*, que, nas palavras dos autores são “Áreas nas quais a perda da biodiversidade e a degradação da paisagem seriam supostamente compensadas pela geração de riqueza e pelo progresso econômico” (FERREIRA *et al.*, 2017, p. 25).

Entretanto, embora a degradação desse bioma tenha ocorrido de forma elevada, o progresso econômico, ao qual se reduz o desenvolvimento, tem acontecido apenas para uma pequena porção da população, outras permanecem excluídas e prejudicadas com os impactos ambientais.

Dentre as novas fronteiras do agronegócio, o Matopiba é, provavelmente, a mais conhecida e certamente a mais comentada. Ainda que, conforme a representação Figura 2, estas

fronteiras tenham seguido em direção à Amazônia e alcançado estados como Amapá e Roraima, esta destaca-se por expressar de forma intensificada os conflitos que permeiam esses espaços.

Figura 2 – Ilustração: A expansão da fronteira agrícola e os povos tradicionais



Fonte: Ilustração da autora (2019).

A Figura 2 ilustra a expansão da nova fronteira agrícola para a Amazônia. Também ressalta as comunidades que são diretamente afetadas com esse processo, entre elas, indígenas, quilombolas, trabalhadoras e trabalhadores do campo. Destaca-se que é vendida a ideia de vazio populacional quando na verdade essa expansão acontece por meio da expropriação de comunidades tradicionais que dependem daquelas terras para sobreviver.

Para Almeida (2012), as fronteiras envolvem questões que vão além dos aspectos políticos e econômicos, pois, são espaços de vivências e de encontros. Nesse caso, trata-se do encontro de duas formas de viver o território. De um lado o território visto como espaço de reprodução do capital pelos fazendeiros migrantes e, de outro, o território visto como espaço de reprodução da vida para as comunidades tradicionais.

Nesse sentido, essas regiões de fronteiras são também espaços de confrontos, uma vez que, é exatamente onde essas duas formas de vida se encontram e se enfrentam, dando início aos intensos conflitos existentes.

Os sujeitos que vivem na região do Cerrado são chamados povos Cerradeiros (MENDONÇA, 2015) ou geraizeiros (ALMEIDA, 2008); (SOUZA SOBRINHO, 2012). Ambas as denominações demonstram o vínculo que estes sujeitos têm com o seu espaço de vivência. A primeira designa os sujeitos que têm seu trabalho, vivência e cultura desenvolvidos no Cerrado. A segunda denominação remete aos povos que vivem nos Gerais, paisagens de planaltos, vales e tabuleiros presentes no cerrado, conforme já descritos por Almeida (2008).

Aquelas e aqueles que enxergam o Cerrado como espaço de reprodução de vida, entendem mais do que ninguém a importância de conservá-lo. São as quebradeiras de coco, os geraizeiros, vazanteiros, veredeiros, as assentadas e os assentados, quilombolas, comunidades de fundo e fecho de pasto e, como veremos mais à frente, até mesmo a população citadina que, devido a essa relação de afeto e pertencimento, também são afetados com a degradação desse bioma.

Por outro lado, aqueles que não têm nenhuma relação de pertencimento com o Cerrado, dificilmente seriam capazes de atribuir essa mesma importância. Para um grande produtor do agronegócio, o principal motivo de migrar para uma região como o Matopiba diz respeito predominantemente ao fator econômico.

Os produtores e donos de empresas do agronegócio que se estabeleceram no Cerrado do Matopiba são em grande parte procedentes de estados da região Sul do Brasil. O documentário “Matopiba Tchê: A saga dos gaúchos que desbravaram a região”, produzido em 2015, pela GauchaZH, apresenta o início da ocupação desse território sob a perspectiva desses colonos. No vídeo é exaltada a vitória dos imigrantes gaúchos frente ao Cerrado, apresentando uma narrativa que coloca as características do bioma como um desafio que deve ser superado.

O mesmo é feito por Simon (2009) ao descrever a conquista do Cerrado pelos seus contrerâneos do sul. Para ele, “Foram os migrantes sulistas que levaram adiante a colossal tarefa de incorporar o cerrado – área tradicionalmente desprezada, considerada imprópria para a agricultura – num dos maiores à produção agropecuária.”(SIMON, 2009, p. 67). Nesse caso, as terras que abrangem o Cerrado são entendidas unicamente como sinônimos de lucro.

No entanto, conforme destaca Souza (2008, p.60) “A cobiça material não é, de sua parte, descolável do simbolismo, da cultura.”. Nesse sentido, Haesbaert (1996) destaca que ao longo dessa ocupação pelos gaúchos no Cerrado, sobretudo do Nordeste, a maioria deles desenvolveram fortes laços de identidade cultural/territorial:

É assim que, no decorrer do processo migratório, aparecem “bairros gaúchos” (Barreiras, BA; Balsas, MA), “municípios gaúchos” (Canarana, MT; Apiuí, AM; Mimoso do Oeste, BA) e mesmo uma “igreja dos gaúchos”, como é denominada pelos nordestinos a Igreja de Confissão Luterana, freqüentada(sic) basicamente por sulistas descendentes de alemães. (HAESBAERT, 1996, p. 4).

Além da forte identidade cultural e da modernização do setor do agronegócio, os sulistas também levaram para a região do Matopiba maior desigualdade econômica, uma vez que são eles que detêm grande parte do monopólio das terras e produções agrícolas do território.

Isso demonstra que, apesar de o discurso que envolveu o desenvolvimento do Cerrado, do Matopiba ter proposto inicialmente melhorias, como oferta de emprego e avanço na economia local, o desenvolvimento tem acontecido de forma seletiva. Na prática, a ocupação dessas áreas afeta mais negativamente que positivamente a população local. Essa afirmação é desenvolvida no tópico a seguir, ao destacar os conflitos existentes no município de Correntina-BA.

CONHECENDO CORRENTINA-BA

Com população total de 32.137 habitantes (IBGE, 2017), Correntina é um dos 417 municípios do estado da Bahia. Sua localização encontra-se no Oeste baiano, também conhecido como sertão do São Francisco referindo-se a todo território a esquerda do rio São Francisco (PEREIRA *et al.*, 2017).

Conforme atesta Souza Sobrinho (2012) a mesorregião do Oeste baiano pode ser dividida em duas, sendo a primeira conhecida como depressão do São Francisco e a segunda como chapada ou gerais. Correntina localiza-se na segunda, a porção mais elevada, próximo a serra geral, uma cadeia de morros e tabuleiros que se estende por estados como, Goiás, Minas Gerais, Tocantins, Bahia e Piauí.

Para Santos (2016), o povoamento de Correntina teve início após a descoberta de ouro no Rio das Éguas e posteriormente pelo potencial para pecuária. Com a baixa das atividades de mineração, a criação de gado continuou sendo por muito tempo a principal atividade do município.

Por estar localizado em um dos estados que formam a região do Matopiba, Correntina é também um dos espaços que foram afetados pelo discurso do desenvolvimento. Com o Plano de Desenvolvimento do Matopiba atraindo grandes produtores do agronegócio, essa atividade ficou cada vez maior e atualmente o município está entre os grandes produtores de produtos como, o milho, algodão e a soja. Outra característica importante do município é ser um ponto turístico de destaque na região. Os rios de águas cristalinas, as cachoeiras, as cavernas e grutas fazem parte dos atrativos que chamam atenção pelas belezas naturais.

A sede do município também atrai turistas em determinados períodos do ano, como na tradicional festa do carnaval que, para muitos, é considerada como um dos melhores do estado. No mês de janeiro, foi possível presenciar nas ruas da cidade o ensaio da população local para a marcha do carnaval, assim como algumas das festas que antecipavam o evento principal com apresentação de artistas locais.

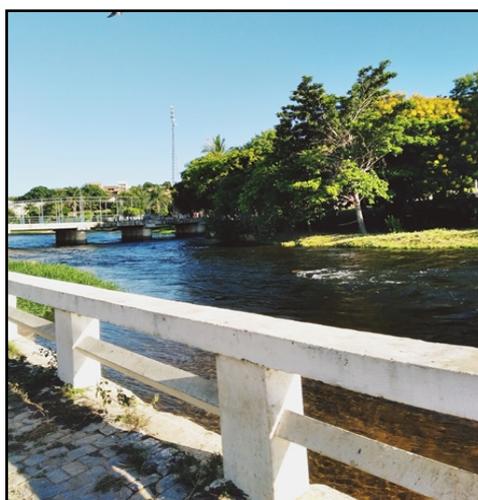
Na cidade de Correntina observa-se também alguns aspectos que remetem ao período colonial, sobretudo, nas construções residenciais e comerciais localizadas na parte central da cidade. O estilo é percebido pelas construções muito próximas umas das outras, com portas e janelas de madeira, cobertas por cores de tons azul, amarelo e verde. São vestígios de ocupação ainda no período colonial consequente da expansão da criação de bovinos na Bahia.

Um dos aspectos que mais chamam a atenção é a presença do rio Correntina que, percorre toda a cidade que recebe o mesmo nome. Mendonça (2015) comenta sobre a presença dos rios nas cartografias dos núcleos urbanos do Cerrado:

Historicamente, os rios do Cerrado foram fundamentais para a existência dos Povos Cerradeiros, pois além de fonte de alimentação, de possibilitarem uma relação estreita com o meio, de serem elementos estruturantes nos ritos e cultos construídos pelos diversos grupos sociais, asseguravam a comunicação, o contato com as culturas e as paisagens diferentes. (MENDONÇA, 2015, p.16).

O rio Correntina é um desses exemplos destacados pelo autor. Um dos moradores afirma que anteriormente a relação da população local com o rio já foi maior. No entanto, com o crescimento das atividades de tráfico de drogas ao redor do rio, a população acaba se afastando. O autor completa também dizendo que os pontos que oferecem maior segurança geralmente são os mais elitizados. Ainda assim, é inevitável a relação da população local com o rio, uma vez que, ele faz parte das principais paisagens da cidade, como é visto na Figura 3.

Figura 3 – Paisagem da Cidade de Correntina/BA



Fonte: Imagem da autora (2020).

Outro aspecto que chama atenção diz respeito às desigualdades sociais observadas na cidade. Apesar de estar localizada em uma área cujo Plano de Desenvolvimento do Matopiba prometeu melhoras, inclusive nas condições de vida da população, o município apresenta desigualdades gritantes tanto no espaço urbano, quanto no rural.

No que diz respeito ao urbano, a cidade tem uma notável presença de pedintes e desabrigados. A presença dos pedintes é percebida nas ruas, nas feiras e em diversos outros espaços da cidade. Esse fator diz muito sobre o assunto abordado neste texto e é um importante ponto de partida para compreender os conflitos que cercam o município.

Do mesmo modo, as áreas rurais lidam com as disparidades do desenvolvimento intensificadas nas últimas décadas. Os moradores das comunidades afirmam que o Estado tem sido omissivo diante do aumento da concentração fundiária e das práticas de grilagem, favorecendo as grandes empresas do agronegócio. Também ressaltam que as áreas de vegetação nativa do Cerrado estão cada vez menores e os rios cada vez mais ameaçados.

Diante do exposto, grande parte da população do município vem, há tempos, se manifestando contra a crescente degradação desse bioma. Nesse contexto de Correntina, a maior repercussão aconteceu após o episódio ocorrido no dia 02 de novembro de 2017. Essa visibilidade é ressaltada pelos moradores que afirmam que o interesse da imprensa e de pesquisadores pela região aumentou após o ocorrido.

O dia 02 de novembro foi marcado pela manifestação em que populares, tanto do espaço rural quanto do urbano, movimentaram juntos um protesto em defesa dos rios do município. O protesto teve como palco uma das grandes fazendas da região e tinha como principal objetivo denunciar o uso abusivo da água utilizada nos pivôs para irrigação das monoculturas. Acontece que, o uso excessivo da água afetou o curso d'água e ocasionou a diminuição da vazão dos rios da região. Diante disso a comunidade se viu prejudicada e, na ausência de medidas efetivas por parte das autoridades, resolveu reagir.

Conforme já mencionado, a relação da população com os rios é histórica, envolve não só relações de afeto quanto atrativos turísticos importantes para a região. Além disso, essas águas para os pivôs de irrigação eram retiradas de rios que abastecem a cidade, entre eles o rio Arrojado e rio Corrente.

Como resultado, o movimento levou grande visibilidade e repercussão para os assuntos enfrentados na região, sendo aplaudido por muitos e repudiados por outros. De um lado, os veículos de informação divulgando os prejuízos da população ocasionados pelas agroindústrias da região. Segundo a CPT (2017), entre 2010 e 2016, mais de sete mil famílias já foram atingidas por esses conflitos pela água.

Em contrapartida, outros veículos divulgavam os prejuízos dos fazendeiros após as manifestações, sob revolta dos populares, houve destruição de equipamentos que, segundo o jornal Correio (2017), somaram R\$ 10 milhões de prejuízos para a empresa agrícola Lavoura e Pecuária Igarashi LTDA. Outros veículos, como o G1 (2017), noticiaram prejuízo maior, cerca de R\$ 50 milhões.

Devido a isso, o movimento foi criminalizado havendo resultando na busca daqueles que organizaram o ato. No entanto, devido à grande quantidade de populares presentes na manifestação, não foram identificados todos os envolvidos e, portanto, a perseguição segue principalmente com foco nos moradores das comunidades de fundo e fecho de pasto, como veremos a seguir.

ENTENDENDO OS CONFLITOS

Assim como acontece em diversas regiões de expansão da fronteira do agronegócio, há anos a população de Correntina lida com conflitos envolvendo a disputa pelo território. Os

sujeitos envolvidos, de forma mais intensa, nesses confrontos são aqueles que vivem nas chamadas comunidades tradicionais de fundo e fecho de pasto do município.

As comunidades são conhecidas assim pela tradição antiga dos geraizeiros que tinham o costume de criar o gado solto nos pastos e, por se tratar de uma prática antiga e por ser de uso coletivo, não havia a necessidade de demarcação de limites. Outros autores como Souza Sobrinho (2012), utilizam o termo soltas de pasto para mencionar essas mesmas áreas.

Um dos moradores explica de forma simplificada que “*Fundo é pra quem reside na área e fecho para quem mora fora, mas utiliza a área para criar o gado*”. Neste artigo, optou-se por utilizar fundos e fechos de pasto por ser este o termo utilizado pelos moradores do município.

Segundo Alcântara e Germani (2010), essas terras de fundos e fechos pertenciam, no período da colonização do sertão do São Francisco, às famílias de sobrenome Guedes de Brito e Garcia D’ávila. No entanto, foram abandonadas após a criação de gado deixar de apresentar o retorno financeiro esperado para os proprietários. Dessa forma, as terras tornam-se devolutas e:

O povo foi ocupando a área sem haver uma preocupação com o processo legal que definia a propriedade. As terras então foram ocupadas sem uma documentação, porém o seu respaldo foi e é unicamente o seu uso pela comunidade que ali habitava e habita. Cada unidade, ou grupo de família no sentido *lato senso*, se apropriava desta fração do espaço através do uso, portanto é o uso para a manutenção da vida que define a posse da terra. (ALCÂNTARA; GERMANI, 2010, p. 45).

Assim, as comunidades rurais tradicionais da região passaram a utilizar as áreas para reprodução de vida. No entanto, com os incentivos para ocupação do Matopiba, muitas dessas áreas foram vendidas para empresários de diversas regiões por preços simbólicos. Assim, apesar de a população ter desenvolvido uma vida inteira naquelas terras e dependerem delas para a reprodução de vida, a ausência de comprovação legal fez com que muitos perdessem suas terras em favor dos imigrantes.

Ademais, com os investimentos para o desenvolvimento da região, aumentou também o processo de grilagem, ou seja, a apropriação das terras de forma ilegal. Os moradores relatam que muitas das áreas vendidas não foram bem delimitadas, permitindo que os imigrantes ampliassem a propriedade utilizando o espaço que lhes convinha. Também relatam a presença de jagunços e pistoleiros contratados pelos grileiros para pressionarem os moradores a abandonarem a terra.

São inúmeras as formas de grilagem de terras, desde a falsificação de documentos de posse de terra às ameaças de morte. Durante um dos encontros, um morador ressaltou que, inicialmente, essa região vivia um isolamento, mas que hoje compreendem que isso não era totalmente ruim, pois viviam uma economia comunal envolvendo relações de trocas que garantiam sua sobrevivência.

Contudo, após a promessa de o desenvolvimento impulsionar a ocupação das áreas Matopiba por imigrantes de outros territórios, as comunidades se viram, além da tentativa de expropriação de suas terras, encurraladas pelas grandes produções de monoculturas. Daí surgiu a necessidade de delimitar os fundos e fechos de pasto, cujas funções agora vão além de uma prática antiga dos geraizeiros.

Nesse sentido, os moradores ressaltam que os fundos e fechos não são importantes apenas para comportar o gado da população, pois funcionam também como uma forma de re-existência e, na atualidade, são indispensáveis para a conservação do Cerrado. “*Acima dos fechos estão cheios de riacho morto (sic)*”, afirma um dos moradores sobre a quantidade de rios que secaram após a chegada das grandes empresas do agronegócio na região.

Sobre a situação de Correntina, o primeiro destaque das moradoras e dos moradores é que o embate existente ali está além da disputa pela terra, mas envolve também a água. “*Eu vou*

morrer, mas vou morrer bebendo e banhando aqui, porque enquanto eu tiver aqui, água não vai faltar”.

A fala destacada pertence a um dos moradores que relata o descaso dos grandes empresários e produtores do agronegócio com as nascentes existentes nas fazendas tomadas por eles. Destaca mais uma vez a queda no nível d'água dos rios devido ao uso intenso das bombas d'água que irrigam as monoculturas do agronegócio. Nesse ponto, o morador afirma que as comunidades locais não só conhecem cada nascente existente ali, como entendem a importância delas para a manutenção da vida naquele espaço.

Ao longo da conversa, também foi ressaltada por eles a importância dos rios da região para a manutenção de uma das mais importantes bacias hidrográficas do Brasil, uma vez que rios como o Arrojado, o rio das Éguas e o rio Correntina têm como destino final o rio São Francisco. Deve-se ressaltar que, para os grandes fazendeiros, os rios também são essenciais, pois como já foi dito, a hidrografia foi um dos atrativos para ocupação da região. Entretanto, é preciso lembrar que essa importância envolve outro interesse que, por motivos claros, não contribuem para a conservação desses.

Por saberem das ameaças ao redor, como resposta, as comunidades valorizam cada vez mais os saberes, as vivências e o ambiente em que estão inseridos. Por meio das práticas como o uso dos fundos e fechos de pasto e o uso da terra de forma sustentável, a comunidade demonstra entender que a existência também se dá na reafirmação da identidade territorial. No entanto, essa consciência não abrange as comunidades de Correntina de forma geral. Os conflitos da região não existem apenas entre pequenos e grandes produtores, eles também ocorrem de forma interna nas comunidades. Relatos sobre famílias que se desfazem diante dos confrontos são comuns nesses espaços.

Alguns moradores afirmam que os donos das fazendas fazem aliados dentro das comunidades para relatar o que acontece e quais moradores fazem parte dos movimentos de resistência. Há também aqueles que deixam o trabalho nas comunidades para trabalhar para os grandes fazendeiros da região. Esse último é mais comum entre os jovens das comunidades.

A esse respeito, os moradores afirmam que o salário que recebem ao trabalhar para as grandes fazendas é pouco maior que o que se ganha produzindo na comunidade, ainda assim, muitos jovens ficam fascinados com a promessa de desenvolvimento.

Diante dos conflitos apresentados, os moradores são cientes dos riscos que enfrentam ao defender o território diante da expansão capitalista sob a égide do desenvolvimento. Além das ameaças por parte dos grileiros, da desestabilização da relação entre amigos e familiares, a perseguição é outro fator resultante desse confronto. Após o ocorrido no ato do dia 02 de novembro, como mencionado, são recorrentes as intimações jurídicas, ameaças em locais públicos e prisões na tentativa de criminalizar os atores da região que participam das manifestações populares.

“Estar no movimento de resistência custou nossa liberdade. Não podemos mais ter um momento de lazer na cidade. Querem nos incriminar a todo custo”, afirma um dos moradores de uma das comunidades de fundo e fecho que declara ter mais de dez boletins de ocorrência registrados sob acusação de participação nas manifestações em defesa pelo território.

Contudo, deve-se destacar que as mulheres também são grandes afetadas por essas perseguições. Durante uma roda de conversa em uma das comunidades rurais, um dos moradores afirmou que *“No campo, o trabalho ainda é muito machista. Mas, a dificuldade ainda é muito maior para as mulheres que ficam em casa com os filhos, com medo de onça e de homem armado que pode chegar a qualquer hora”*. O morador refere-se ao episódio ilustrado na Figura 4.

Figura 4 – Ilustração de relato de campo: A perseguição nas comunidades do Oeste Baiano.



Fonte: Ilustração da autora (2020).

A Figura 4 ilustra o relato da moradora de uma das comunidades de fundo e fecho de pasto. A mulher relata que estava sozinha em casa quando policiais apareceram a noite. Por meio de ameaças, tentaram convencê-la a assinar um documento de intimação em nome de outra pessoa. A intimação era referente à investigação sobre o ato de 02 de novembro.

As mulheres, por passarem maior do tempo nas casas, frequentemente são confrontadas com ameaças nos momentos em que se encontram sozinhas, sob pressão para concederem informações que incriminem membros das comunidades. Contudo, ainda sim, a resistência e o protagonismo das mulheres são visíveis nesses espaços, pois diante da necessidade de defender seu espaço de vida, elas muitas vezes se colocam em posição de liderança, ocupando espaços que ultrapassam o limite do privado, como nos debates promovidos nas comunidades.

Conforme exposto, a existência desses conflitos pela terra e pela água não é de agora e, provavelmente, não tão cedo deixarão de existir. No entanto, conforme ressalta Mendonça (2015), essas novas práticas podem ter modificado a paisagem, criando novas formas de usos do território, mas não excluiu as antigas. O que justifica a resistência da população diante dos impasses do desenvolvimento a partir das práticas de vida.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O olhar proposto nesse artigo não se resume em criticar a ideia do desenvolvimento rural, mas sim à idealização baseada apenas no quesito econômico. O desenvolvimento, em todas as suas faces, seria de fato importante para a população rural, mas é preciso superar os impasses causados pela desconsideração de aspectos essenciais para as condições apropriadas de reprodução da vida.

Nesse sentido, a melhor forma de alcançar os objetivos propostos pelo desenvolvimento rural seria o Estado e os sujeitos hegemônicos agindo em conjunto com a população local que, como já foi exposto, conhece mais que ninguém o Cerrado em todos os seus aspectos e sabe da importância de desenvolver o território levando em consideração os limites impostos pela natureza.

Destaca-se também que a disputa pelo território envolve mais que a terra, como forma material, pois envolve a existência desses povos. Diante disso, a população encontra-se no lugar de reagir da forma que consegue.

Por fim, é preciso ressaltar a importância do intercâmbio entre a universidade e estes espaços de luta pelo território. Admite-se que dificilmente essas relações dispõem de poder suficiente para solucionar os conflitos enfrentados por essas comunidades tradicionais. No entanto, são relações indispensáveis para fortalecer as discussões que envolvem as disparidades existentes nesses espaços.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Maria Geralda. Uma leitura etnográfica do Brasil sertanejo. In: SERPA, A., (Org.) **Espaços culturais: vivências, imaginações e representações**. Salvador: EDUFBA, 2008.

_____. Fronteiras sociais e identidades no território do complexo da usina hidrelétrica da Serra da Mesa-Brasil. In: BARTHE-DELOIZY, F., and SERPA, A., (Org.) **Visões do Brasil: estudos culturais em Geografia** [online]. Salvador: EDUFBA; Edições L'Harmattan, 2012.

ALCÂNTARA, Denilson Moreira; GERMANI, Guiomar Inez. As comunidades de fundo e fecho de pasto na Bahia: Luta na terra e suas especializações. **Revista Geografia**. v 7, n. 1, 2010.

BRASIL. Previdência da República. **Decreto Nº 8447, de 6 de maio de 2015**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/decreto/d8447.htm>. Acesso em: 20 maio 2020.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. Desenvolvimento, Progresso e Crescimento econômico. **Lua Nova**, São Paulo, 93: 33-60, 2014.

CUNHA, Tássio Barreto. A produção no Oeste da Bahia controlada por estrangeiros e a sua vinculação/subordinação ao capital. **Campo-Território: revista de geografia agrária**, v. 11, n. 25, p. 05-34, dez., 2016.

FAVARETO, Arilson. Concepções de desenvolvimento e de intervenção pública no Brasil rural sob o governo Temer e além. **Raízes**, vol. 37, nº 2, 2017.

_____. **Entre chapadas e baixões do Matopiba: dinâmicas territoriais e impactos socioeconômicos na fronteira da expansão agropecuária no cerrado / Favareto Arilson (Org.)**, São Paulo: Prefixo Editorial 92545, 2019.

FERREIRA, Lorena Izá, *et al.* Disputas territoriais em Correntina-BA: Territorialização do agronegócio, resistência popular e o debate pragmático. **NERA – Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária – Artigo DATALUTA**: outubro de 2017.

HAESBAERT, Rogério. **Território e Identidade: o encontro entre “gaúchos” e nordestinos no Brasil**. Niterói: EDUFF, 1996. Disponível em: <https://cutt.ly/VmUuV9l>. Acesso em: 02 abr. 2020.

IBASE (Instituto Brasileiro de Análises Social e Econômicas) – **A ocupação dos cerrados:** Uma análise crítica. Setembro – 1986.

SILVA, Queina Lima da. **Educação do campo e a luta pela terra no contexto Matopiba:** Um estudo de caso sobre o acampamento Zequinha barreto, no Oeste da Baiano. Brasília, 2018, 192 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-graduação da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília, Brasília, 2018.

LIMA, Sélvia de Carneiro; CHAVEIRO, Eguimar Felício. O cerrado goiano sob múltiplas dimensões: um território perpassado por conflitos. **Espaço em Revista**, Catalão, v. 12, n. 2, jul./dez. 2010.

MATOPIBA Tchê: A saga dos gaúchos que desbravaram a região. 2015. 1 vídeo (10:23). Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=uFsZNINGos8>>. Acesso em: jan. 2020.

MENDONÇA, Marcelo Rodrigues. As Transformações Espaciais no Campo e os Conflitos pelo Acesso à Terra e a Água: As Novas Territorialidades do Agrohídronegócio em Goiás. In: **Revista Pegada**. vol. 16, n. Especial, 2015.

MONDARDO, Marcos Leandro. Da migração sulista ao novo arranjo territorial no oeste baiano: “territorialização” do capital no campo e paradoxos na configuração da cidade do agronegócio. **Campo-Território**, v5, n. 10, 2010, p. 259-287.

MONTENEGRO Jorge Ramon Gómez. **Desenvolvimento em (des)construção:** narrativas escalares sobre desenvolvimento territorial rural. 438 f. Tese (Doutorado) – Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia, Presidente Prudente, 2006.

SANTOS, Iann Dellano da Silva. A gênese do urbano no oeste baiano: os núcleos de povoamento e a rede de vilas no século XIX. **Geotextos**, vol. 12, n. 1, jul 2019.

SIMON, Pedro. **As diásporas do povo gaúcho**. Brasília: Senado Federal, 2009.

SOUZA SOBRINHO, José de. **O camponês geraizeiro no Oeste da Bahia:** as terras de uso comum e a propriedade capitalista da terra. 2012. 436 f. Tese (Doutorado em geografia) – Faculdade filosofia, letras e ciências humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

SOUZA, Marcelo Lopes. “Território” da divergência (e da confusão): em torno das imprecisas fronteiras de um conceito fundamental. In: MARCOS, Aurélio Saquet, ELISEU, Savério Sposito (Org.) **Territórios e territorialidades:** teorias, processos e conflitos. –1. ed.- Expressão Popular: UNESP. Programa de Pós-Graduação em Geografia. São Paulo. 2008.

SHNEIDER, Sérgio. A abordagem territorial do desenvolvimento rural e suas articulações externas. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 6, nº 11, jan/jun 2004, p. 88-125.

VEIGA, José Eli da. Uma Estratégia de Desenvolvimento Rural, **Anais da 49ª Reunião Anual da SBPC**, Bel. 1997.

VILLALOBOS, Jorge Ulisses Guerra; ROSSATO, Geovanio. A Comissão Pastoral da Terra (CPT): notas da sua atuação no Estado do Paraná. **Boletim de Geografia**, Maringá, ano 14, n. 1, p. 19-31, set. 1996.